

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Baguari I Geração de Energia S.A.

Sumário

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO	2
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
BALANÇOS PATRIMONIAIS	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	12
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15
 <u>NOTAS EXPLICATIVAS:</u>	
1. CONTEXTO OPERACIONAL	16
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
3. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS	28
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	29
6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS	30
7. IMOBILIZADO	31
8. INTANGÍVEL	32
9. FORNECEDORES	33
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	33
11. ENCARGOS SETORIAIS	35
12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	35
13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	35
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37
15. RECEITA LÍQUIDA	38
16. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	39
17. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONIAS	40
18. RECEITA E DESPESA FINANCEIRA	40
19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	41
20. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	41
21. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO	44
22. SEGUROS	46



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2018

Baguari | Geração de Energia S.A.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2018, a Baguari I Geração de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. ("BAGUARI I") é uma companhia de capital fechado estabelecida em 11 de janeiro de 2006, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da pequena central hidrelétrica de Baguari I, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da pequena central hidrelétrica de Baguari I, bem como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito; (ii) prestação de serviços de operação e manutenção, assistência técnica, reparos e construção de sistemas relativos à atividade relacionada à produção e/ou, geração, distribuição e transmissão de energia elétrica e desenvolvimento de sistemas de energia elétrica e similares de interesse restrito da pequena central hidrelétrica de Baguari I; (iii) elaborar projetos técnicos na área de energia e correlatos de interesse restrito da pequena hidrelétrica de Baguari I; (iv) organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas; e (v) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e possui 51% de participação no Consórcio UHE Baguari, responsável pela construção e operação da UHE Baguari, localizado no Estado de Minas Gerais.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Baguari é uma Usina Hidroelétrica (UHE) instalada no rio Doce no estado de Minas Gerais. A energia é gerada através de 4 unidades geradoras, com turbinas tipo Bulbo, de potência iguais, totalizando capacidade instalada da usina de 140 MW.

Em 2018, foi gerado o montante bruto de 465.675 MWh, o qual representou 63,03% da garantia física. O fator de carga médio da Usina foi de 38,13%, produzindo 53,39 MW médios.

O índice de disponibilidade da Usina em 2018 foi de 94,90% e o índice de confiabilidade foi de 98,62%.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2018	2017	Variação %
Receita Operacional Bruta	84.527	79.631	6,15
Receita Operacional Líquida	74.560	75.247	(0,91)
EBITDA	62.615	46.419	34,89
Resultado do Serviço - EBIT	53.665	39.234	36,78
Resultado Financeiro	(10.415)	(9.188)	13,35
Lucro Líquido	28.572	26.704	7,00
Margem EBITDA (%)	83,98%	61,69%	36,13
Margem Líquida (%)	38,32%	35,49%	7,98

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	2018	2017	Variação %
Ativo Total	316.787	317.663	(0,28)
Dívida Bruta	97.954	110.383	-
Dívida Líquida ⁽²⁾	66.403	82.472	-
Patrimônio Líquido	168.113	146.319	14,89

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽²⁾ Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliário

Indicadores Financeiros de Dívida	2018	2017	Variação (p.p)
Dívida Líquida/EBITDA	1,06	1,78	(0,72)
EBITDA/Resultado Financeiro	6,01	5,05	0,96

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	Ano		Variação	
	2018	2017	(R\$)	(%)
Lucro Líquido	28.572	26.704	1.868	7,00
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido	14.677	3.342	11.335	339,18
Amortização e Depreciação	8.950	7.185	1.765	24,57
Receitas Financeiras	(2.100)	(2.685)	585	(21,79)
Despesas Financeiras	12.515	11.873	642	5,41
EBITDA	62.615	46.419	16.196	34,89

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

Em dezembro de 2018, a dívida bruta consolidada da Baguari I foi de R\$ 94.954 mil, apresentando um decréscimo de 11,26% (R\$ 12.429 mil) em relação a dezembro de 2017, com 85,53% da dívida contabilizada no longo prazo e 14,47% no curto prazo.

A Companhia possui a maior concentração de dívida no longo prazo, a partir de 2024 até 2038, sendo 100% do volume dessa dívida representada pela liquidação da dívida junto ao BNDES no valor de R\$ 38.064 mil de pagamento de principal.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ mil)



5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), firmado em 30/06/2017, no valor de R\$ 70.501,19, com vigência de 36 (trinta e seis) meses.

O serviço de auditoria relacionado à auditoria contempla a Auditoria das Demonstrações Contábeis Anuais.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

6. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Baguari I Geração de Energia S.A. ("Baguari I"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de Baguari I e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de Baguari I.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Baguari I sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.546	27.906
Contas a receber de clientes	5	15.503	8.831
Despesas pagas antecipadamente		337	325
Outros ativos circulantes		3.670	7.216
Total do ativo circulante		51.056	44.278
Não circulante			
Depósitos judiciais	13	4.562	4.285
Despesas pagas antecipadamente		4.733	4.970
Outros ativos não circulantes		5	-
Imobilizado	7	254.810	262.473
Intangível	8	1.622	1.657
Total do ativo não circulante		265.732	273.385
Total do ativo		316.788	317.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	669	5.860
Empréstimos e financiamentos	10	14.174	14.171
Impostos e contribuições a recolher	12	9.247	1.013
Encargos setoriais	11	703	970
Dividendos	14	6.788	24.728
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		417	400
Outros passivos circulantes		56	318
Total do passivo circulante		32.054	47.460
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	83.780	96.212
Encargos setoriais	11	290	367
Impostos e contribuições diferidos	6	3.151	-
Provisões	13	26.466	24.437
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		2.934	2.866
Total do passivo não circulante		116.621	123.882
Patrimônio líquido	14		
Capital social		89.283	89.283
Reservas de lucros		78.830	57.038
Total do patrimônio líquido		168.113	146.321
Total do passivo e do patrimônio líquido		316.788	317.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)
Receita operacional líquida	15	74.560	75.247
Custos dos serviços		(19.499)	(34.717)
Custos com energia elétrica	16	(4.820)	(21.449)
Custos de operação	17	(14.679)	(13.268)
Lucro bruto		55.061	40.530
Outras Receitas/(Despesas) gerais e administrativas	17	(1.396)	(1.296)
Lucro Operacional		53.665	39.234
Receitas Financeiras	18	2.100	2.685
Despesas Financeiras	18	(12.515)	(11.873)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		43.250	30.046
Imposto de renda e contribuição social	6	(14.677)	(3.342)
Corrente		(11.511)	(3.342)
Diferido		(3.166)	-
Lucro líquido do exercício		28.572	26.704
Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$:			
Ordinária		0,32	0,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	28.572	26.704
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>28.572</u>	<u>26.704</u>
Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$:		
Ordinária	0,32	0,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	89.283	4.419	21.384	10.873	-	125.959
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.704	26.704
Destinações do lucro:						
Reserva Legal	-	1.335	-	-	(1.335)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.342)	(6.342)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	19.027	-	(19.027)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	89.283	5.754	40.411	10.873	-	146.321
Adoção inicial IFRS 9	-	-	-	-	8	8
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.572	28.572
Destinações do lucro:						
Reserva Legal	-	1.429	-	-	(1.429)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.788)	(6.788)
Proposto de distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	20.363	(20.363)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	89.283	7.183	40.411	31.236	-	168.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAGAURI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro líquido do exercício	28.572	(Reclassificado) 26.704
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	36.492	30.852
Depreciação e amortização	8.950	7.185
Imposto de renda e contribuição social	14.677	3.342
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	10.404	9.753
Atualização da concessão do serviço público (uso do bem público)	85	90
Perda na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis	-	256
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-	10.335
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas contas a receber	-	(109)
Atualização das provisões para contingências	2.376	-
	65.064	57.556
AUMENTO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes	(6.677)	(254)
IR e CSLL a recuperar	(462)	(528)
Depósitos judiciais	(277)	(411)
Despesas pagas antecipadamente	225	297
Outros ativos	3.546	(274)
	(3.645)	(1.170)
REDUÇÃO DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(5.191)	(4.699)
Encargos de dívidas pagos	(9.026)	(10.003)
Encargos setoriais	(344)	(240)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(2.584)	(2.846)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(238)	130
Indenizações e contingências pagas	(347)	-
Outros passivos	(262)	(6.528)
	(17.992)	(24.186)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	43.427	32.200
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(1.252)	(1.732)
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	-	16.996
UTILIZAÇÃO (GERAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.252)	15.264
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(13.807)	(13.692)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(24.728)	(6.440)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(38.535)	(20.132)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.640	27.332
Caixa e equivalentes no início do exercício	27.906	574
Caixa e equivalentes no final do exercício	31.546	27.906
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.640	27.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. ("Baguari I" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro e constituída em 11 de janeiro de 2006 que tem como propósito específico participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51%, tendo como sócias outras Sociedades com Propósito Específico que detém 49% e é formada por CEMIG e Furnas.

Em agosto de 2006, o Consórcio firmou junto à União o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, com prazo de 35 anos.

A Companhia foi designada como líder do Consórcio, sendo responsável perante a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pelo cumprimento do Contrato de Concessão, bem como pela apresentação dos relatórios e informações técnicas, financeiras e contábeis das atividades realizadas pelo consórcio.

O Consórcio UHE Baguari foi responsável pela construção da usina, que iniciou sua operação comercial em Setembro de 2009, sendo, atualmente, responsável pela sua operação. A UHE Baguari está localizada no Rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia é gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e teve sua garantia física alterada para 84,70 MW médios, conforme Portaria n.º 178/2017.

Como retribuição pela outorga da concessão da exploração do potencial de energia hidráulica da Usina Hidrelétrica Baguari, o Consórcio recolherá à União parcelas mensais decorrentes da entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica de Baguari (UHE) ao 35º ano de concessão, inclusive, contados da data da assinatura do contrato de concessão (15 de agosto de 2006), ou enquanto estiverem na exploração da UHE. O pagamento anual proposto nos anos de 2016 e 2015 ficou sob a responsabilidade integral das consorciadas Baguari Energia e a Companhia.

A Companhia no exercício de 2018 comercializou sua energia junto ao pool de 35 distribuidoras brasileiras por meio dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR com vencimentos em 2039.

As informações financeiras do Consórcio UHE Baguari são apresentadas como segue:

	Balancos Patrimoniais	
	2018	2017
Ativo	486.603	493.622
Circulante	10.996	5.456
Não circulante	475.607	488.166
Passivo	486.603	493.622
Circulante	23.400	21.690
Não circulante	29.658	26.783
Patrimônio líquido	433.545	445.149

	Demonstrações de Resultado	
	2018	2017
Fonte de recursos das consorciadas	18.134	13.998
Recursos recebidos	693	425
Total dos recursos recebidos das consorciadas	18.827	14.423
Despesas operacionais	(34.230)	(27.521)
	(15.403)	(13.098)

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante do consórcio está excedendo o ativo circulante em R\$ 12.404 (2017 - R\$ 16.234) e o consórcio está apresentando déficit nas operações no montante R\$ 15.403 (2017 - R\$ 13.098). Atribui-se este fato à política de manutenção de recursos mínimos disponíveis no Consórcio pelas consorciadas. Os aportes de recursos são realizados pelas consorciadas próximas às datas de vencimento das exigibilidades.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” - *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 21 de Instrumentos Financeiros.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação desta demonstração financeira, a Administração da Companhia utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - vide nota explicativa nº 15;
- (ii) Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 21;
- (iii) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais e trabalhistas, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 13;
- (iv) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa nº 6.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é a valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros;
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o não reconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
 - mantidos para negociação; ou
 - designado ao VJR.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável e receitas de juros foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

d) *Impairment* de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas do ativo que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

g) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 2.6. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 20.

h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 2.6.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I - Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*)

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A adoção da norma não gerou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

II - Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - *Financial Instruments*)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

- **Classificação e Mensuração- Ativos e passivos financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:	VJR	VJR	2.580
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	25.326
Fundos de Investimentos			
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	8.831
Total de ativos financeiros			36.737
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	5.860
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	110.383
Total de passivos financeiros			116.243

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

- (i) Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 - Diferenças reconhecidas em lucros acumulados

<u>Em R\$ mil</u>	<u>Impairment adicional</u>
Contas a receber com clientes	8

III - Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com as IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 10.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Em R\$ mil	Saldos em 1 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	51	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	51

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(ii) CPC 22/IFRIC 23 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção da norma.

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none">• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);• Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;• Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;• Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;• Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017;• Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.	1º de janeiro de 2019
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar de sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 - <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 - <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

3. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente publicadas em 07 de março de 2018.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados na seguinte categoria:

- Mudança nas políticas contábeis

3.1 Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017

	<u>Ref.</u>	<u>(Apresentado)</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>(Reclassificado)</u>
Receita Líquida	(a)	76.061	(814)	75.247
Custo dos Serviços	(a)	(35.531)	814	(34.717)
Despesas gerais e administrativas		(1.296)	-	(1.296)
Receitas Financeiras		2.685	-	2.685
Despesas Financeiras		(11.873)	-	(11.873)
Impostos		(3.342)	-	(3.342)
Lucro líquido do exercício		26.704	-	26.704

- (a) Reclassificação da Taxa de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE), de R\$ 191 e da Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH), de R\$ 623, do custo do serviço para deduções da receita no montante de R\$ 814. Esse ajuste é classificado como mudança nas políticas contábeis.

3.2 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017

<u>Demonstração do fluxo de caixa</u>	<u>Ref.</u>	<u>2017</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>2017</u>
		<u>(Apresentado)</u>		<u>(Reclassificado)</u>
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	30.046	(30.046)	-
Lucro líquido do exercício	(a)	-	26.704	26.704
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)	27.510	3.342	30.852
Redução (aumento) dos ativos operacionais		(1.170)	-	(1.170)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		(24.186)	-	(24.186)
Caixa oriundo das atividades operacionais		32.200	-	32.200
Fluxo de caixa das atividades de investimento		15.264	-	15.264
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(20.132)	-	(20.132)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		27.332	-	27.332

- (a) Reclassificação dos saldos do Lucro do exercício antes dos impostos para Lucro líquido do exercício, gerando impactos nos grupos de Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais e Aumento (redução) dos passivos operacionais. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários à vista	5.059	2.580
Fundos de investimento exclusivos	<u>26.487</u>	<u>25.326</u>
	<u>31.546</u>	<u>27.906</u>

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

<u>Fundos de investimento</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Carteira</u>		
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
BB Top Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	25.396	24.550
Títulos públicos	1.059	759
Compromissadas com lastro de títulos públicos	<u>32</u>	<u>17</u>
	<u>26.487</u>	<u>25.326</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Títulos a receber		<u>9.179</u>	<u>8.866</u>
Terceiros		7.517	7.254
Partes relacionadas (nota 19)	(a)	1.662	1.612
Comercialização de energia na CCEE	(b)	<u>6.368</u>	<u>4</u>
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		(44)	(39)
Total		<u>15.503</u>	<u>8.831</u>

(a) Títulos a receber

Referem-se substancialmente aos contratos de fornecimento de energia com a Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes.

	<u>Saldos vincendos</u>	<u>Vencidos Até 90 dias</u>	<u>Total</u>		<u>PECLD</u>	
			<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Setor privado	<u>8.897</u>	<u>182</u>	<u>9.179</u>	<u>8.866</u>	<u>(44)</u>	<u>(39)</u>
Total	<u>8.897</u>	<u>182</u>	<u>9.179</u>	<u>8.866</u>	<u>(44)</u>	<u>(39)</u>

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (b) Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica, com base nas informações disponibilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	2018
Imposto de Renda e Contribuição Social		<u>(3.151)</u>
Diferido Ativo		-
Diferido Passivo	(a)	<u>(3.151)</u>
Total		<u>(3.151)</u>

- (a) Em 01/01/2018 a Companhia passou a ter como regime de tributação Lucro Real, pois no ano de 2017 teve seu faturamento superior a R\$ 78.000. Desta forma é realizado o diferimento de IRPJ e CSLL para os ajustes temporários do exercício.

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Passivo	
	2018	
	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda		
Diferenças temporárias	<u>(9.269)</u>	<u>(2.317)</u>
	(9.269)	(2.317)
Contribuição Social		
Diferenças temporárias	<u>(9.269)</u>	<u>(834)</u>
	(9.269)	(834)
Total		(3.151)

As bases de cálculo das diferenças temporárias são compostas como segue:

Ativo	2018	
	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44	44
Provisão para contingências	512	512
Provisão PLR	46	46
Outros	<u>12</u>	<u>12</u>
Total ativo	<u>614</u>	<u>614</u>
Passivo (-)		
Depreciação/Amortização acelerada	<u>(9.883)</u>	<u>(9.883)</u>
Total do passivo	<u>(9.883)</u>	<u>(9.883)</u>
Total líquido	<u>(9.269)</u>	<u>(9.269)</u>

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	43.250	43.250	30.046	30.046
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	43.250	43.250	30.046	30.046
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	10.813	3.893	7.512	2.704
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(29)	-	(5.272)	(1.602)
Efeito regime lucro presumido	-	-	(5.572)	(1.602)
Diferenças permanentes	(25)	-	-	-
Incentivos fiscais e outros	(4)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	10.784	3.893	2.240	1.102
Imposto de renda e contribuição social no exercício	10.784	3.893	2.240	1.102
Corrente	8.456	3.055	2.240	1.102
Recolhidos e Pagos	1.583	1.001	1.407	820
A pagar	6.431	2.041	327	263
Compensados e deduzidos	442	13	506	19
Diferido	2.328	838	-	-
	10.784	3.893	2.240	1.102
Alíquota efetiva	24,93%	9%	7,46%	3,67%

Segue abaixo quadro de conciliação para o resultado:

	2018	2017
Corrente	(11.511)	(3.342)
Diferido	(3.166)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(14.677)	(3.342)

7. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	2018			2017	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos		953	-	953	953
Reservatórios, barragens e adutoras	2,69%	167.112	(32.878)	134.234	133.304
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,50%	14.981	(3.036)	11.945	12.863
Máquinas e equipamentos	5,90%	109.135	(29.588)	79.547	81.285
Móveis e utensílios	6,37%	81	(26)	55	45
		292.262	(65.528)	226.734	228.450
Em curso					
Terrenos		16.612	-	16.612	15.670
Reservatórios, barragens e adutoras		-	-	-	640
Outros		11.464	-	11.464	17.713
		28.076	-	28.076	34.023
Total		320.338	(65.528)	254.810	262.473

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação conforme resolução normativa nº 674 da ANEEL.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	<u>Em serviço</u>			<u>Em curso</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2017	285.105	(48.956)	236.149	31.999	268.148
Adições	320	-	320	1.412	1.732
Baixas	(206)	-	(206)	(50)	(256)
Depreciação	-	(7.151)	(7.151)	-	(7.151)
Transferências	(156)	(506)	(662)	662	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	285.063	(56.613)	228.450	34.023	262.473
Adições	98	-	98	1.154	1.252
Depreciação	-	(8.915)	(8.915)	-	(8.915)
Transferências	7.101	-	7.101	(7.101)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	292.262	(65.528)	226.734	28.076	254.810

8. INTANGÍVEL

Por natureza, o valor dos ativos intangíveis está composto da seguinte forma:

	<u>2018</u>			<u>2017</u>
	<u>Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Em serviço				
Direito de uso da concessão - Repactuação GSF	3,00%	2.049	(427)	1.622
		2.049	(427)	1.657
Total		2.049	(427)	1.657

A movimentação do imobilizado é como segue:

	<u>Em serviço</u>			<u>Total</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	2.049	(358)	1.691	1.691
Amortização	-	(34)	(34)	(34)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.049	(392)	1.657	1.657
Amortização	-	(35)	(35)	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.049	(427)	1.622	1.622

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. FORNECEDORES

	Ref.	2018	2017
Energia Elétrica		4	5.224
Terceiros		4	574
Partes relacionadas (nota 19)	(a)	-	4.650
Encargos de uso da rede		273	286
Terceiros		273	286
Materiais e serviços		392	350
Terceiros		209	350
Partes relacionadas (nota 19)		183	-
Total		669	5.860

(a) Refere-se aos contratos de compra de lastro de energia com a NC Energia.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2018	2017
	Dívida	Total
Empréstimos e Financiamentos		
Moeda nacional		
BNDES	105.367	118.495
(-) Depósito em garantia	(7.413)	(8.112)
Total Moeda Nacional	97.954	110.383
Circulante	14.174	14.171
Não Circulante	83.780	96.212

A condição contratual dos empréstimos e financiamentos está evidenciada abaixo:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2018
BNDES	Real	Investimentos	3,0000% a 6,0000% / TJLP + 1,5900% a TJLP + 3,0600% / SELIC + 2,0900% a SELIC + 2,5300%	2026	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Cessão Fiduciária / Fiança Bancária	180.014	97.954

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus instrumentos financeiros derivativos vinculados é a seguinte:

	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	14.067	109.361	123.428
Encargos	9.960	-	9.960
Variação monetária	147	1.196	1.343
Transferências	13.692	(13.692)	-
Amortizações de principal	(13.692)	-	(13.692)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias	(10.003)	-	(10.003)
(-) Mov. depósitos em Garantias	-	(653)	(653)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	14.171	96.212	110.383
Encargos	8.939	-	8.939
Variação monetária	95	672	767
Transferências	13.802	(13.802)	-
Amortizações de principal	(13.807)	-	(13.807)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias	(9.026)	-	(9.026)
(-) Mov. depósitos em Garantias	-	698	698
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.174	83.780	97.954

Os vencimentos das parcelas à longo prazo são os seguintes:

	2018	
	Dívida	Total Líquido
2020	13.852	13.852
2021	13.852	13.852
2022	13.852	13.852
2023	13.852	13.852
2024	13.852	13.852
Após 2024	21.933	21.933
Total obrigações	91.193	91.193
(-) Depósitos em garantias		(7.413)
Total		83.780

Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato financiamento contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,2 e Índice de Capitalização \geq 20%). Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, todos os índices foram atingidos.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

11. ENCARGOS SETORIAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	82	83
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	562	1.043
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	26	26
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	282	143
Ministério de Minas e Energia - MME	41	42
Total	<u>993</u>	<u>1.337</u>
Circulante	703	970
Não circulante	290	367

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda - IR	6.432	328
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.041	263
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	4	4
Programa de Integração Social - PIS	103	42
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	478	194
Imposto sobre Serviços - ISS	61	46
Impostos e contribuições retidos na fonte	128	136
Total	<u>9.247</u>	<u>1.013</u>

13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Contingências	Provisões	Total
	Cíveis	Diversas	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	13.330	-	13.330
Constituição	-	10.590	10.590
Baixas/ reversão	(228)	(27)	(255)
Atualização	557	215	772
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13.659	10.778	24.437
Pagamentos	-	(1.300)	(1.300)
Atualização	1.467	1.862	3.329
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.126	11.340	26.466

Cíveis

Referem-se às ações de natureza cível, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. O montante de causas cujos assessores jurídicos da Companhia classificam a expectativa de perda como possível é de R\$ 23.039 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 20.456 em 31 de dezembro de 2017).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

Fiscais

A Companhia possui um total estimado de R\$ 684 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 648 em 31 de dezembro de 2017) com expectativa de perda possível, em ações tributárias de naturezas diversas.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Provisões diversas

Provisão para gastos ambientais

Refere-se à estimativa dos gastos ambientais, compensação ambiental, aquisição de áreas de preservação permanente. Essa provisão de gastos será desembolsada para compensação de danos ambientais e posterior recuperação ambiental das áreas degradadas com o enchimento da Usina. Os valores da provisão para gastos ambientais foram atualizados com base na variação do IGPM e corresponde ao total de R\$ 3.420.

Provisão do aditivo do contrato EPC

Refere-se a termo aditivo ao contrato de empreitada parcial a preço global e prazo determinado, para fornecimento de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, para a implantação da UHE Baguari. No curso da implantação da Usina Hidrelétrica de Baguari, o Consórcio aditou o contrato junto às construtoras da Usina, em virtude da ocorrência de eventos ensejadores de revisão do preço global, como compensação completa e final por todos os serviços e escopos adicionais realizados pelas construtoras. Os valores foram atualizados com base na variação do IPCA. A provisão do aditivo do Contrato EPC corresponde ao total de R\$ 7.920.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia realiza depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cíveis	4.562	4.285

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 89.283, representando ações ordinárias cuja composição é apresentada a seguir:

Acionistas	Lote de mil ações		
	Ações ordinárias		
	Única	%	R\$
Neoenergia S.A.	89.283	100,00%	89.283

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro do exercício	28.572	26.704
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	89.283	89.283
Lucro do exercício / Total de ações	<u>0,32</u>	<u>0,30</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Dividendos

A Assembleia Geral e Ordinária aprovou as destinações dos lucros da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação
			(R\$) ON
2018			
AGO de 17 de abril de 2018	Dividendo mínimo obrigatório 2017	6.342	0,0710
		<u>6.342</u>	

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Dividendos mínimos</u>		
Lucro líquido do exercício	28.572	26.704
(-) Adoção inicial IFRS 9	8	-
(-) Reserva legal do exercício	<u>(1.429)</u>	<u>(1.335)</u>
Base de cálculo do dividendo	<u>27.151</u>	<u>25.369</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u>	<u>6.788</u>	<u>6.342</u>
Proposta de distribuição de dividendo adicional proposto	20.363	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	19.027
Total bruto	<u>27.151</u>	<u>25.369</u>

Dividendos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos iniciais	<u>24.728</u>	<u>24.826</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	6.788	6.342
Pagos no exercício	<u>(24.728)</u>	<u>(6.440)</u>
Saldos finais	<u>6.788</u>	<u>24.728</u>

15. RECEITA LÍQUIDA

O efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 na receita da Companhia de contratos com clientes está descrito na Nota 2.6. A adoção da norma não gerou impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia na CCEE de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração, ambas reconhecidas pelo regime de competência.

A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE:

- Prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE;
- Prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%;
- Contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época;
- Valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE;
- Prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema).

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A composição da receita líquida da Companhia é conforme quadro abaixo:

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)
Principais receitas			
Fornecimento de energia elétrica		77.174	74.806
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		7.353	4.825
Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo		84.527	79.631
(-) Deduções da receita líquida	(a)	(9.967)	(4.384)
Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo		74.560	75.247

As receitas estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia; e foram geradas, geograficamente, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste.

(a) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)
Impostos e contribuições		
PIS	(1.395)	(517)
COFINS	(6.424)	(2.389)
Encargos Setoriais		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(746)	(664)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica -TFSEE	(182)	(191)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFURH	(1.220)	(623)
Total	(9.967)	(4.384)

16. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Energia comprada para revenda</u>			
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(a)	(1.819)	(10.409)
Energia curto prazo - MRE		(1.439)	(1.180)
Energia curto prazo - PLD	(a)	718	(6.572)
Créditos de PIS e COFINS		670	-
Taxa CCEE		(43)	-
Total		(1.913)	(18.161)
<u>Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição</u>			
Encargos de rede básica		(2.907)	(3.288)
Total		(2.907)	(3.288)
Total de Custos com Energia Elétrica		(4.820)	(21.449)

- (a) Refere-se a redução do custo de compra de energia bilateral e no curto prazo devido a empresa ter tido sobre de energia e conseqüentemente ter liquidação positiva com a CCEE.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

17. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONIAS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas	2018			2017
	Custos dos serviços	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	(Reclassificado)
Pessoal	-	(615)	(615)	(544)
Material	(629)	(43)	(672)	(280)
Serviços de terceiros	(4.794)	(491)	(5.285)	(6.117)
Depreciação e amortização	(8.950)	-	(8.950)	(7.185)
Arrendamentos e aluguéis	-	(36)	(36)	(38)
Tributos	(11)	(36)	(47)	(41)
Provisão esperada de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	-	-	109
Outras (despesas)/receitas operacionais	(295)	(175)	(470)	(468)
Total custos/despesas	(14.679)	(1.396)	(16.075)	(14.564)

18. RECEITA E DESPESA FINANCEIRA

Receitas Financeiras	2018	2017
Renda de aplicações financeiras	1.924	2.416
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	2	53
Variações monetárias - Outras receitas (b)	18	216
Atualização de depósitos judiciais	259	-
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(103)	-
Total	2.100	2.685
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(8.939)	(9.960)
Variações monetárias - Dívida (a)	(767)	(1.343)
IOF	-	67
Encargos P&D/PEE	(45)	(101)
Atualização provisão para contingências	(2.376)	-
Outras despesas financeiras	(388)	(536)
Total	(12.515)	(11.873)
Resultado financeiro líquido	(10.415)	(9.188)
Resumo das variações monetárias		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	(767)	(1.343)
Outros (b)	18	216
Total líquido	(749)	(1.127)

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)	
		2018	2017	2018	2017
Receita/ (Custo) de Energia Elétrica					
COELBA	(a)	601	600	5.059	4.902
CELPÉ	(a)	429	410	3.540	3.421
COSERN	(a)	261	257	2.024	1.960
NC ENERGIA S.A.	(b)	-	(4.650)	(1.980)	(15.059)
ELEKTRO REDES	(a)	371	345	3.108	1.092
		1.662	(3.038)	11.751	(3.684)
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)					
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.		-	-	(4)	(4)
SE NARANDIBA S.A.		-	-	-	(1)
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.		-	-	(4)	(5)
		-	-	(8)	(10)
Serviços Administrativos					
NEOENERGIA O&M	(c)	(183)	-	(2.189)	(2.122)
		(183)	-	(2.189)	(2.122)
Dividendos e JSCP					
NEOENERGIA	(d)	(6.788)	(24.728)	-	-
		(6.788)	(24.728)	-	-
Total		(5.309)	(27.766)	9.554	(5.816)

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

- Contratação de Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), conforme resultado do 1º Leilão para Contratação das Concessões e Autorizações para Produção de Energia Elétrica e para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração ("LEILAO"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 16 de dezembro de 2005 com vigência entre 2006 e 2039. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IPCA;
- Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%.
- Contrato para prestação de serviços de Operação e Manutenção da UHE Baguari; e
- Dividendos a pagar para a Controladora Neoenergia.

19.1 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

20. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: diversificação de instrumentos financeiros, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas, devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

A Companhia, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2018, a empresa não possuía derivativos designados para proteção de taxas de juros.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos exclusivos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 26.487 em fundos exclusivos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas *forwards* de mercado para os indexadores e moedas.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	97.954	142.103	-	21.836	20.952	20.022	19.072	18.099	42.122
Fornecedores	669	669	669	-	-	-	-	-	-

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	15.547	8.870
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	31.546	27.906

e) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.

- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

das taxas de câmbio ou índices de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo / Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	33.900	2.170	(542)	(1.085)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta do TJLP	7,0%	(105.367)	(7.407)	(1.852)	(3.704)

21. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

Nível 2 - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível	2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	2	<u>15.503</u>	<u>15.503</u>	<u>8.831</u>	<u>8.831</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	<u>31.546</u>	<u>31.546</u>	<u>27.906</u>	<u>27.906</u>
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	<u>101.974</u>	<u>101.974</u>	<u>119.509</u>	<u>119.509</u>
Empréstimos e financiamentos	2	669	669	5.860	5.860
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	2	97.954	97.954	110.383	110.383
		3.351	3.351	3.266	3.266

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o período findo em 31 de dezembro de 2018.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

22. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Consolidado	
		Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Operacionais	31/05/18 a 31/05/19	350.000	402
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/18 a 31/05/19	60.000	64

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Hugo Renato Anacleto Nunes
Presidente

Titulares

Fabiano Uchoas Ribeiro
Leila Tatiana Prazeres Costa

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Diretor Presidente

Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor Regulação

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

CONTADORA

Vivian Paim Lopes
CRC-RJ-Nº 104355/O-8

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Baguari I Geração de Energia S.A.** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2018, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

FABIANO UCHOAS RIBEIRO

LEILA TATIANA PRAZERES COSTA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.799.995/0001-41, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Baguari I, alusivas ao exercício findo em 31.12.2018; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Baguari I relativas ao exercício findo em 31.12.2018.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Diretor Presidente

Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação